

# Capitalismo, esfera pública global e o debate em torno da televisão digital terrestre no Brasil

César Ricardo Siqueira Bolaño e Valério Cruz Brittos\*

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é debater as possibilidades e contradições da esfera pública no capitalismo contemporâneo. Neste quadro, é enfocado o papel das tecnologias comunicacionais (especialmente a TV digital terrestre) como espaço público, trabalhando-se teoricamente e apontando-se para suas possibilidades democráticas. O artigo analisa o quadro atual da televisão brasileira, numa abordagem teórico-metodológica a partir da Economia Política da Comunicação. Nessa perspectiva, há um delineamento das tendências deste mercado e do conjunto de instrumentos reguladores que atestam o papel do Estado no âmbito da cultura.

## ABSTRACT

*The objective of this study is discuss the contemporaneous public sphere's possibilities and contradictions. In that respect, we are focused on the communicational technologies (specially terrestrial digital television) as a public space, working theoretically and aiming its democratic possibilities. The paper analyses the actual scene of the Brazilian television, in a theoretical-methodological approach from the Communication Political Economics. In this perspective, is exposed a delimitation of the market tendencies and the set of regulating instruments which attest the State's role in the cultural scope.*

---

César Ricardo Siqueira Bolaño Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), onde coordena o Observatório de Comunicação (Obscom), e doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Jornalista graduado pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

Valério Cruz Brittos Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Comunicação Social - Jornalismo e Direito, com especialização em Ciência Política, desenvolve estudos na área da Economia Política da Comunicação, com ênfase no audiovisual.

## Introdução

Desde as décadas finais do século XX, o mundo vem passando por grandes mudanças, ligadas à reordenação capitalista, as quais, por sua vez, também provocam movimentos dos agentes não-hegemônicos. Tais transformações referem-se ao conjunto da sociedade global, não se limitando às esferas econômica e política. É diretamente afetada a esfera pública, devido, em parte, aos deslocamentos dos meios de comunicação (novos e antigos) sobre os quais ela se estrutura. Diante disso, pensar em espaço público contemporâneo requer um estudo rigoroso do papel das tecnologias da informação e da comunicação. Tais dispositivos tecnológicos inserem-se na sociedade de modo determinado historicamente, incorporando, assim, as contradições características de todo tipo de esfera pública burguesa historicamente determinado. É nesse processo contraditório que se situam as alternativas democráticas de uma comunicação popular organizada a partir dos movimentos sociais.

48

Nesta nova esfera pública que emerge na confluência de reorganização do capitalismo, aceleração da inovação tecnológica e domínio neoliberal, novos lugares são periféricamente articulados, envolvendo o desenvolvimento de elementos importantes para um pleno exercício da cidadania, como o aperfeiçoamento dos modelos de educação formal e informal, os sistemas de governo eletrônico, certas tendências de reforço da diversidade cultural, da pluralidade no tratamento da informação, da disponibilização de conteúdos locais, resgate de tópicos histórico-culturais, divulgação de idéias não-hegemônicas e articulação dos movimentos sociais em redes virtuais, tudo isto dependendo não apenas da ampliação do número de canais e meios de comunicação por força do desenvolvimento tecnológico simplesmente, mas principalmente pela definição das políticas nacionais de comunicação, mais ou menos permeáveis às pressões de grupos de interesse hegemônicos ou contra-hegemônicos. Estes elementos de ordem diversa da lógica capitalista, que apontam para a possibilidade de práticas de comunicação mais democráticas, são limitados pela força e controle dos capitais, em especial no campo das comunicações, onde a mídia em geral – afetada profundamente em seu trabalho e em seus negócios pela introdução do paradigma da digitalização – exerce um importante papel, organizado, cada vez mais, pelo princípio econômico da exclusão pelos preços.

Na nova esfera pública globalizada, a tecnologia e os novos meios geram impactos, tanto econômicos, quanto políticos e nas formas de sociabilidade, atingindo o espaço público. É na disputa para vencer os limites pelo capital e pela expansão da cultura ligada aos ditames do consumo, que se opõem à concretização de uma comunicação popular libertadora, articulando democracia e cidadania e testando e construindo potencialidades, que incide

o atual movimento de digitalização geral, fruto da revolução microeletrônica e da reestruturação do capitalismo. Se hoje a técnica formatada precipuamente para a circulação de informações envolvendo os interesses dos capitais também é o canal principal de interação social, é por meio dela que as experiências alternativas também devem ser disseminadas, fortalecidas, apropriadas e re-trabalhadas.

A implantação da televisão digital terrestre (TDT) deve ser vista nesses termos. Na verdade, como se trata não de um novo meio, ou de um meio híbrido, como a internet, mas de uma nova plataforma de serviços, para a qual podem migrar tanto a TV de massa atual, como a televisão segmentada e a própria internet, além de outros serviços de telecomunicações, o debate em torno da implantação da TDT pode ser entendido como uma oportunidade fundamental para a democratização dos meios de comunicação e a inclusão digital. Nesse sentido, antes de discutir o “modelo de negócio” mais adequado ao meio, como vem sendo feito no Brasil, é preciso decidir o “modelo de esfera pública” a implantar.

Nas três primeiras partes deste artigo, apresentaremos alguns elementos teóricos gerais sobre as relações entre tecnologia, capitalismo e esfera pública, que consideramos fundamentais para o bom equacionamento do problema. Na quarta parte, voltaremos mais especificamente ao debate que se trava hoje no Brasil em torno da TDT, procurando enfatizar o tema complementar das perspectivas de uma política de desenvolvimento alternativa para países não hegemônicos, no interior da qual dever-se-ia inserir uma política industrial para o audiovisual coerente com as necessidades de inclusão social e de universalização do acesso *aos meios técnicos que estruturam hoje a esfera pública*.

### **Tecnologia e sociedade**

O avanço tecnológico está na base da atual reestruturação econômica, marcada pela crescente interdependência de mercados, permitida pelo deslocamento instantâneo de enormes montas de recursos financeiros e de informações indispensáveis à realização dos negócios. Mas também o mundo da produção de bens e serviços materiais se vê afetado pelo desenvolvimento conjunto dos sistemas de transporte e dos meios de comunicação que impulsionam uma homogeneização dos padrões de consumo e dos modos de vida, muitas vezes imperceptível àqueles que, excessivamente fixados no momento, também característico da situação atual, da segmentação e da fragmentação, não são capazes de perceber a dinâmica massificação/diferenciação, inerente ao desenvolvimento da cultura de massas.

O fato é que, tanto no setor financeiro quanto no produtivo, bem na organização dos fluxos de informação, ocorre um movimento de concentração oligopolista que afasta o sistema do ideal liberal dos seus primeiros ideólogos.

Ao longo do século XX, tecnologias como o cinema, o rádio e a televisão – e a fotografia, desde o século XIX, como ícone impulsionador da venda de jornais – incrementaram o consumo, mas tal papel é muito melhor desempenhado pela internet e sistemas audiovisuais que incorporam aparatos capazes de captar imagens e áudio remotos, através de satélites, cabos e ligações de fibra ótica. Fica claro que os recursos da técnica têm aproximado compradores e vendedores ou investidores e instituições financeiras, reduzindo distâncias, por imposição de necessidades internas ao processo de acumulação do capital em suas diferentes fases de desenvolvimento.

A questão tecnológica, no entanto, não é a fundamental. Importa é que, a partir dos dispositivos técnicos, constitui-se alguma condição de base para o surgimento ou a reestruturação da esfera pública que garante a legitimidade do sistema de dominação. O que ocorre, com internet e a interatividade permitida pela TV por assinatura, é a ampliação dos lugares mercadológicos, justamente num momento de expansão do caráter excludente do capitalismo. Chesnais lembra que a resultante da combinação “das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego” permitiu “aos grupos americanos e europeus a possibilidade de constituir, com a ajuda de seus Estados, zonas de baixos salários e de reduzida proteção social”.<sup>1</sup> A técnica pode ser re-funcionalizada, como em algumas experiências alternativas, mas, então, para seu uso como instrumento do espaço público, requer intervenção estatal; não pode ficar a mercê de voluntarismos. Economia e política se articulam, assim, através das redes de comunicação.

50

Isso evidencia a contradição inerente àquilo que Habermas chama de esfera pública burguesa, uma organização político-sócio-econômica sem precedentes, forjada com a derrocada do poder feudal e o desenvolvimento do capitalismo mercantil do século XVI. Sua constituição representa, para o autor, um efetivo avanço democrático, ao reduzir o poder do Estado sobre a sociedade:

*A esfera pública burguesa desenvolveu-se no campo de tensões entre Estado e sociedade, mas de tal modo que ela mesma se torna parte do setor privado. A separação radical entre ambas as esferas, na qual se fundamenta a esfera pública burguesa, significa inicialmente apenas o deslocamento dos momentos de produção social e de poder político conjugados na tipologia das formas de dominação da Idade Média avançada. Com expansão das relações econômicas de mercado surge a esfera do “social” que impede as limitações da dominação feudal e torna necessárias formas de autoridade administrativa.<sup>2</sup>*

O marco tecnológico contemporâneo constitui um enorme potencial que não pode ser desprezado pelos setores populares. Este embate midiático-

virtual não anula as distâncias, embora as reduza em larga escala, o que remete à necessidade do empreendimento de ações em direção à utilização e recriação da mídia, ao lado de proposições e confrontos nas diversas arenas sociais. Não se trata de uma valorização excessiva dos palcos comunicacionais, mas de um reconhecimento de que as instituições legais, ligadas à esfera pública, centradas nos parlamentos, há muito tempo não protegem os cidadãos contra o Estado. Subjaz uma necessidade de retorno à distinção entre público e privado, princípio com longa tradição no pensamento político e social ocidental, desde os debates filosóficos da Grécia clássica sobre a vida da polis e suas reuniões para projetar uma ordem social sustentada no bem comum. Espaços como o Fórum Social Mundial denotam a possibilidade de separação entre Estados e sociedade civil, com o desatrelamento desta da racionalidade econômica.

A esfera pública habermasiana nunca incorporou toda a sociedade, na medida em que refletia as desigualdades do sistema em que estava inserida. Por isso, o que a descaracterizou não foi seu caráter parcial – na verdade, o processo de massificação simbolizou novas dificuldades para sua manutenção, por trazer demandas de outras ordens, atores com formações diversas e dificuldades de debate racional com públicos tão amplos –, mas seu domínio pelo privado, identificável imediatamente nas indústrias culturais, não só detidas empresarialmente, mas representantes dos interesses dos capitais. Conforme Habermas, há uma formalização da discussão, tornando-se “o consenso na questão” gradativamente supérfluo devido ao “consenso no procedimento”. Questões fundamentais são definidas como problemas de etiqueta, enquanto os conflitos que resultam “em polêmica pública são desviados para o nível de atritos pessoais”.<sup>3</sup> Isso degrada a proposta original de um lugar de conversação racional, voltado para a formação de uma opinião pública livre, constituindo-se, ao contrário, um espaço público parcial, presente nas bordas da forma publicidade dominante.

Se a parcialidade da esfera pública é inerente à própria condição do capitalismo, num primeiro momento não há porque imaginar que a simples inovação tecnológica vá representar sua ampliação. Torna-se essencial ressaltar que essa lógica contraditória, inerente ao capitalismo e à esfera pública burguesa, se manifesta também na estrutura dos meios de comunicação, replicando a contraditoriedade intrínseca ao desenvolvimento tecnológico, nesse modo de produção, entre forças produtivas e relações de produção. No seu clássico texto *Teorias de la Radio*, Brecht apresenta a questão com toda clareza, ao demonstrar que o rádio poderia se transformar num meio de comunicação “fabuloso”:

*O rádio seria o mais fabuloso aparato de comunicação imaginável da vida pública, um sistema de canalização fantástico, ou seja, o seria se não somente transmitisse, mas também*

*recebesse, portanto, não permitisse somente ouvir a radioescuta, senão também fazer falar, e não isolar, mas por-se em comunicação com ele. A radiodifusão deveria, em conseqüência, afastar-se de quem a abastece e constituir os ouvintes como abastecedores. [...] Mas é parte destas obrigações da autoridade suprema informar regularmente a nação, mediante o rádio, acerca de sua atividade e da legitimidade de sua atuação. A tarefa da radiodifusão, como um todo, não se esgota em transmitir estas informações. Além disto, tem que organizar a maneira de pedir informações, converter os informes dos governantes em respostas às perguntas dos governados. A radiodifusão tem que fazer possível o intercâmbio. Só ela pode organizar grandemente as conversas entre os ramos do comércio e os consumidores sobre a normalização dos artigos de consumo, os debates sobre aumento do preço do pão, das disputas das cidades. Se consideram isto utópico, lhes rogo reflexão sobre porque é utópico.<sup>4</sup>*

52

Ou seja, para que a TV digital, a internet, a televisão aberta, o rádio, o cinema ou o jornal possam cumprir um papel de espaço público inclusivo têm que inverter a lógica, que não é determinada tecnologicamente, mas construída na relação empresários-Estado-usuários. Conceber outra televisão (ou uma internet que remonte às utopias projetadas há dez anos) envolve deixar de encarar os meios como ativos imateriais (e materiais) e vê-los como parte bastante significativa do que pode vir a ser um espaço público democrático. Não são as indústrias culturais simples mediadoras complementares de um debate travado externamente, são o palco onde a realidade social é construída e apresentada. São também os pauteiros da sociedade, que tenta adaptar-se a seus ditames (controlados por capitais privados essencialmente) para que possa publicizar seus propósitos e o único caminho para a maior parte dos cidadãos orientar-se e informar-se sobre o mundo. Fora da mídia, proliferam microlugares de disputa pelo sentido de grupos de interesse, que não podem ser confundidos com espaço público, função não verdadeiramente desempenhada pela comunicação industrial.

### **Global e restrita**

Com o desenvolvimento das tecnologias midiáticas viabilizadoras da interconexão mundial de amplos segmentos, retoma-se a idéia de constituição de uma “esfera pública global”, próxima da concepção original de Habermas, mas mais diretamente vinculada a Marx e à discussão sobre a atual reestruturação capitalista.<sup>5</sup> A idéia de uma contradição inerente à esfera pública no capitalismo é central nesta concepção, o que permite explicitar, a um tempo, a sua evolução no sentido do refinamento dos instrumentos de dominação e as possibilidades liberadoras que lhe são próprias. Dito de outra forma, o

espaço público, enquanto dinâmica incorporadora, à disposição de todos e voltada para a participação multicultural, segue como uma meta a ser alcançada. Isto porque a lógica subjacente ao desenvolvimento da internet é a mesma daquela relativa à implantação da televisão segmentada, por oposição à TV de massa: a da exclusão pelos preços, do ponto de vista da economia, que se traduz, no campo da política, na privatização da esfera pública.

Assim, a esfera pública viabilizada pela tecnologia contemporânea, de forma semelhante ao que ocorria com a esfera pública burguesa clássica do século XIX, segue restrita a setores cultos e relativamente ricos, permanecendo, para a imensa maioria da população mundial, totalmente válido o paradigma da cultura de massas. Não obstante, são inegáveis as possibilidades de efetivos avanços democráticos que o novo meio oferece decorrentes da interatividade e do trabalho em rede.<sup>6</sup> Isso, no entanto, passa por uma reorientação do modo de pensar a comunicação, projetada como negócio nos discursos pós-modernos que não só desresponsabilizam a mídia como chegam a celebrar seus conteúdos, ante a eleição da produção de sentido como fator único a ser contabilizado no jogo comunicacional sob “a égide do princípio do mercado, que se afigura mais hegemônico que nunca no seio do pilar da regulação, dado que produz um excesso de sentido que invade o princípio do Estado e o princípio da comunidade, tendendo a dominá-los de forma muito mais profunda do que anteriormente”.<sup>7</sup> Fica clara, assim, a inviabilidade de se construir uma esfera pública popular e dialógica longe do processo de discussão acerca das macromudanças econômico-sociais, em que se forjam ações sociais, posturas estatais e reações conservadoras, bem como a impossibilidade de fazê-lo sem uma ação estatal, invertendo-se o processo original, onde o Estado era aquele ente que deveria justamente ser controlado e submetido às leis daquele fórum democrático.

Mesmo no plano ideal, o espaço público hoje, conforme abordado pelas Ciências Sociais críticas, é um *locus* (a ser construído) que vai além de seu protótipo do século XVIII, na medida em que deve incorporar todos os cidadãos, não só os proprietários, o que implica na superação da idéia original de lugar burguês, o que já estava posto no momento da mudança estrutural da esfera pública, na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, quando surge a indústria cultural e a cultura de massas que, na concepção de Habermas, acabam por esterilizar o potencial crítico da esfera pública original. A situação atual pode ser identificada, portanto, em um aspecto fundamental com aquele momento de passagem da esfera pública burguesa clássica para o sistema de manipulação das consciências que prevalecerá, segundo o autor no seu trabalho dos anos 60, durante o século XX. A reestruturação atual repõe em grande medida o caráter crítico mas restrito da esfera pública original, de modo que se repõe a luta pela eliminação das fronteiras que excluem a maioria da população mundial, luta agora pelo acesso aos novos meios

interativos, o que exige não apenas a disponibilização da infra-estrutura, mas toda uma política de inclusão, incluindo a socialização do capital cultural, sem o qual a democratização e o ideal de autonomia dos sujeitos não poderia se realizar.

Por isso, não é o Estado o único antagonista das disputas da sociedade civil, que busca um espaço público para apresentar suas demandas, gerar debate e obter posicionamentos. No limite, as ações que transitam neste lugar e são oriundas dos movimentos sociais agora propõem não apenas sua autonomia em relação ao Estado, como se observa, por exemplo, na organização do Fórum Social Mundial, mas também o controle do próprio mercado, dominado hoje sem dúvidas por interesses oligopolistas. O Estado mesmo, nessas condições, deve ser entendido como lócus da luta de classes e, nesse sentido, espaço também de ação visando a transformação social.

Para que o mercado seja submetido às lógicas sociais, é indispensável o poder de regulamentação estatal. Mas isso não subjaz um entendimento de que o Estado seja um agente neutro. Não se desconhece sua origem de classe e sua condição de instrumento dos setores dominantes. No caso específico, Eli Diniz, estudando a relação entre Estado e empresários no período inicial de industrialização nacional, observa que o alargamento da esfera de ação estatal e a consolidação do setor privado da economia não foram percebidos como objetivos contraditórios, senão que solidários, na construção da sociedade industrial brasileira, convergindo teóricos autoritários e lideranças empresariais.<sup>8</sup> Mas esse mesmo Estado, que é interventor ou absenteísta, conforme os interesses dos capitais, a partir da pressão social pode desviar-se e contribuir com medidas que, se continuadas, a longo prazo podem viabilizar um quadro mais próximo do espaço público. Para isso, os movimentos sociais devem identificar espaços de influência usando o ínfimo espaço público existente, valendo-se de políticos eleitos com compromissos populares e pressionando aqueles que, profissionais, em último caso preferem entrar em choque com grupos econômicos a desgastarem-se junto aos eleitores.

A idéia de uma sociedade civil mundial é questionável, pois trata-se basicamente de uma ficção, sem qualquer relação com os (fracos) mecanismos institucionais que compõem a espinha dorsal do Império, incluindo apenas, e de modo informal, parcelas ínfimas de cidadãos de alguns países, enquanto que a imensa maioria da população mundial permanece presa aos mecanismos cada vez mais inócuos dos estados nacionais, submetidos muitas vezes a governos que ainda combatem qualquer arremedo de sociedade civil no âmbito dos países que controlam. A esfera pública global é, portanto, um fenômeno ainda mais excludente do que suas manifestações no plano nacional. Feita esta ressalva, deve-se acrescentar que a participação de organizações não-governamentais (ONGs) em fóruns multilaterais é uma demonstração de um

nível de articulação de setores da cidadania no nível mundial. Trata-se de uma presença que ganha expressão e muitas vezes lugar na mídia, mas corre o risco de voltar-se para a micropolítica, o que remete à idéia de que os espaços públicos existentes não conseguem ser aglutinadores.

Sendo assim, um esfera pública democrática e popular ainda não pode ser plenamente constituída, nem pode estar na dependência unicamente de processos de digitalização, seja a digitalização de hoje ou outro avanço de amanhã. Mas isto não se deve a características específicas da dinâmica de globalização. A “participação de agentes oriundos de localidades subalternas” está posta, mas sobrepõem-se as diferenças “entre nações dominantes e dominadas”,<sup>9</sup> ou ricos e pobres. É que o problema da exclusão não se circunscreve a fenômenos específicos, como a globalização, mas é inerente ao capitalismo. Assim, para que a mídia fuja da mera produção de mercadorias e aproxime-se do ideal de arena pública de publicização e troca de idéias conseqüentes é preciso um amplo movimento, que vá além da mídia e, superando a contradição entre o mercado e o público, construa novas formas de organização das entidades produtoras, programadoras e distribuidoras de fluxos comunicacionais.

### **Economia do conhecimento e esfera pública produtiva**

Com o que foi dito já poderíamos entrar no tema da TV digital, um eventual instrumento de organização da esfera pública no capitalismo avançado. Mas há uma nova dimensão do problema, não diretamente ligada à TDT, que precisa ser lembrada para completar o quadro das determinações gerais do debate em torno da esfera pública. Trata-se daquilo que vem sendo chamado de economia ou sociedade da informação ou do conhecimento. Não é possível entrar aqui em detalhes sobre o tema, cujo aspecto fundamental, a nosso ver, é o da “subsunção do trabalho intelectual”,<sup>10</sup> ligada à expansão das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) ocorrida a partir do desenvolvimento da microeletrônica e do amplo processo, iniciado nos anos 70, de reestruturação produtiva, alterando profundamente o padrão de acumulação vigente no período expansivo do pós-guerra.

O que nos interessa enfatizar aqui é que esse movimento de subsunção do trabalho intelectual, numa situação em que a inovação adquire um papel central na dinâmica do sistema, de modo que a competitividade das empresas e países, bem como as condições determinantes da hegemonia econômica e das relações de dependência, estará essencialmente ligada àquilo que os economistas chamam de “apropriabilidade”, ou seja, a capacidade de internalização do conhecimento para garantir a produção autônoma de tecnologia – por oposição à mera “acessibilidade”, amplamente possível hoje, já que a exportação de tecnologia passa a ser elemento básico das estratégias empresariais dos mais amplos setores – atinge em cheio o trabalho científico,

o que altera de forma profunda as relações entre ciência, tecnologia e inovação.

O elemento chave da dinâmica econômica da chamada “nova economia” não é simplesmente a informação, ou o conhecimento codificado, passível de ser transmitido, sobre um suporte físico qualquer, independentemente da figura do trabalhador que o produziu, mas aquele conhecimento tácito, que não se separa do sujeito e que depende de um complexo processo de aprendizagem, envolvendo a mobilização, por exemplo, no que se refere ao desenvolvimento em base local, de um conjunto de atores sociais, a partir de arranjos institucionais para os quais é fundamental a ação das autoridades públicas e da Universidade. A mobilização do conhecimento tácito exige a troca e o contato diretos entre os trabalhadores intelectuais e, portanto, uma concentração espacial dos recursos humanos capazes de interagir, através de redes formais ou informais, articulando conhecimentos e unificando códigos, o que, diga-se de passagem, tende a aumentar as assimetrias e a exclusão social e espacial.<sup>11</sup>

56

Conforma-se, assim, uma espécie de esfera pública produtiva, exigência do próprio processo produtivo, na medida em que as cadeias de valor, na economia do conhecimento, articulam diferentes níveis de produção de conhecimento, inclusive a ciência certificada, cuja existência, desde o século XVII, pressupõe a existência de uma comunidade científica que avalie e valide o conhecimento, garantindo o reconhecimento dos pares, que dominam um código comum, mais ou menos restrito, dependendo do tipo particular de disciplina etc. Na economia do conhecimento, em particular, há uma forte e crescente relação entre a concorrência que se exerce no interior do próprio campo científico, pelo reconhecimento do mérito acadêmico, e aquele decorrente da utilização eficiente do conhecimento científico nos processos industriais. Essa passagem, da ciência à tecnologia, ademais, não é direta nem necessária e exige sempre a tradução e socialização de códigos no interior daquele esfera pública produtiva.

Se há, nesse sentido, uma crescente penetração da lógica capitalista industrial na produção acadêmica, pode-se observar também uma influência em sentido oposto, na medida em que a cooperação, inerente ao modo de produção capitalista, extrapola o momento da produção de mercadorias, para situar-se no próprio momento da concorrência. Isso se reflete, por exemplo, na generalização de formas de remuneração baseadas em direitos de propriedade intelectual e assemelhados, o que, em si, já aponta para uma forma superior de organização da produção ou, se se preferir, para os limites da forma mercadoria.<sup>12</sup>

### **TV digital e debate**

Ao longo dos oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil não contou com uma política nacional de comunicação, concebida enquanto

marco regulamentar coerente e amplo, traçado a partir de metas prévias e ligadas a um processo de planejamento. Houve sim um conjunto de textos legais desconectados, editados a partir de interesses imediatos e de lógicas do capital internacional em articulação com o grande empresariado de mídia brasileiro. O Governo Luiz Inácio Lula da Silva representa uma possibilidade de mudança, com a possível inclusão de espaços para a expressão da diversidade de pensamentos sobre os temas midiáticos. Este é o caminho que se pode vislumbrar, a partir de sinalizações do ministro das Comunicações, Miro Teixeira, particularmente quanto a seu projeto de construção de um padrão brasileiro de televisão digital. Concretamente, no entanto, não tendo havido algum movimento regulamentador em sentido contrário à tradição nacional de estímulo à concentração de propriedade e poder no setor.

A regulamentação da televisão no Brasil consiste em um conjunto de textos que poucas obrigações sociais impõe às corporações, denotando relações político-institucionais marcadas pela larga influência do poder econômico. Falta à legislação nacional uma verdadeira pretensão regulamentadora, de estabelecer ao privado imposições favorecedoras do público, independentemente do estatal. Na arena regulatória o empresariado tem buscado obter ganhos que beneficiem seus negócios, o que é facilitado porque os espaços de articulação via de regra mostram-se pouco pluralistas. Não há, portanto, a suposta neutralidade do Estado, que seria delineada pelos imperativos da globalização capitalista. Hoje, a máquina estatal deixa de construir infra-estrutura física, repassando muitas obrigações ao privado, sob alegação de que o serviço será universalizado, ao mesmo tempo em que a legislação cada vez menos objetiva controlar o mercado.

Prevalece, então, uma lógica de desregulamentação, pois a idéia é facilitar a atuação do particular e não exercer um real controle do público sobre o privado. Multiplicam-se as vinculações e interpenetração de interesses entre empresários e Estado, que, dominado pelas elites, atua precipuamente em benefício do poder econômico. Não obstante, deve-se mencionar que é possível alguma decisão regulamentar que agregue também aspirações democráticas, como ocorreu com a denominada Lei do Cabo, resultado de um debate entre empresários e entidades ligadas à democratização da mídia. Mesmo a Lei do Cabo está longe de contemplar os interesses inicialmente propostos pelo movimento social e não impediu a permissividade quanto à concentração da propriedade. Mas foi essa lei, negociada durante anos, que criou os canais de acesso público ou a obrigatoriedade de que as operadoras carreguem também conteúdos de outros grupos econômicos, por exemplo. Em todo caso, como lembra Evelin Maciel, os empresários conseguiram impor suas preferências aos demais agentes, mantendo sua posição de ator privilegiado no jogo de poder e, desta forma, vencendo as principais disputas, como a propriedade da rede física, a ausência de restrições à concentração de

operações e a transformação de autorizações precárias em concessões de TV a cabo.<sup>13</sup>

Um instrumento importante de democratização foi paradoxalmente instituído no Governo Fernando Collor (1990-1992), deposto no meio do mandato por denúncias de corrupção. Trata-se das consultas e audiências públicas, prática de participação política que permite o pronunciamento da sociedade sobre conteúdos a serem regulamentados. A efetividade desse tipo de instrumento tem sido extremamente limitada pela falta de publicização dos temas midiáticos e da dificuldade de formulação de propostas alternativas, por parte de uma sociedade desorganizada e marcada por mazelas como falta de educação formal e miséria.<sup>14</sup> Contudo, a maior conquista na área das comunicações foi legada pela Constituição Federal de 1988, a qual acabou com o livre arbítrio do presidente da República sobre a outorga de concessões de TV aberta, que desde então necessitam passar pelo Congresso Nacional, determinou que canais de radiodifusão só podem ser cassados mediante decisão judicial e acabou com a censura prévia aos conteúdos culturais.<sup>15</sup>

58

A pauta das comunicações no Brasil é grande e não coincide necessariamente com a agenda oficial, já que não há uma movimentação formal das autoridades federais em alterar esta situação, via diálogo público e edição de textos legais. O país precisa de desconcentração da propriedade, instrumentos de controle público, acesso plural à produção, revalorização da cultura local e abertura à diversidade cultural, o que poderia estar consubstanciado num único documento, algo como um Código de Comunicação Social (o que representa mais do que as anteriormente prometidas Lei de Comunicação de Massa ou Lei de Radiodifusão), que reunisse a regulamentação dos processos midiáticos como um todo, dando um sentido de unidade ao conjunto regulamentar. A idéia é que um mesmo documento revise questões como a formação do Conselho de Comunicação Social e a participação do capital estrangeiro nas empresas comunicacionais (esta decidida sem o indispensável debate público), imponha encargos aos operadores de telecomunicações em geral, proíba a propriedade cruzada, repense a relação entre mídia e sociedade e introduza novas tecnologias conforme o interesse público. Este é o caso da televisão digital terrestre, uma inovação que pode representar a continuidade do processo de exclusão típico do país ou a abertura para a inclusão digital.

O ministro das Comunicações, Miro Teixeira, iniciou seu mandato lançando a proposta de desenvolvimento de um sistema próprio de televisão digital terrestre (TDT) ou, ainda, de estabelecermos parcerias com a China ou a Índia para o desenvolvimento de um padrão comum. Um acordo com uma economia tão importante quanto a chinesa, com a qual o Brasil já tem cooperado em áreas importantes, como a dos satélites de sensoriamento remoto, aliado a uma eventual incorporação da Índia e de parte significativa da América Latina,

além de outros parceiros eventuais, seria uma experiência inédita a ser estudada com todo interesse. Ela aponta, acima de tudo, para a possibilidade de um novo padrão de desenvolvimento, precisamente o que a sociedade brasileira espera do governo Lula.

A política brasileira para a TDT concebida durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi no sentido de dar toda flexibilidade para as empresas utilizarem suas potencialidades com objetivos puramente capitalistas, de acordo com um pragmatismo que descartou, por exemplo, de início, as propostas da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), tendentes a ampliar para o novo meio os benefícios da Lei da TV a Cabo, e desconsiderou a oferta chinesa de desenvolvimento conjunto de um padrão alternativo aos dos EUA, Europa e Japão, feita em maio de 2002 pela delegação que visitou o país a convite da Câmara de Comércio Brasil-China, a despeito do óbvio interesse de termos um parceiro comercial desse porte, com seus 350 milhões de televisores instalados. Uma iniciativa dessa proporção, ampliada à medida que outras parcerias fossem estabelecidas, poderia garantir autonomia tecnológica ao Brasil, promovendo o desenvolvimento da indústria nacional, a redução do preço dos aparelhos e a economia com o pagamento de royalties, bem como avanços científicos e tecnológicos decorrentes das pesquisas para o desenvolvimento de tal tecnologia.

Entidades do setor de comunicações, no entanto, muitas das quais relacionadas com os detentores dos três principais sistemas, posicionaram-se contra a idéia, afirmando que demandaria tempo e dinheiro para desenvolvermos um novo padrão, sendo mais racional adotarmos um já existente, inclusive com mercados já constituídos. “Nosso mercado consiste em Europa e EUA, não China e Índia”, justificou, por exemplo, o presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (ABT) e representante do padrão europeu no país, Salomão Wajnberg.<sup>16</sup>

Mas a questão não é tão simples. Em primeiro lugar, nada indica que seja fácil disputar os mercados dos países desenvolvidos, até porque não temos a garantia de nacionalização da produção de componentes – uma vez escolhido um dado sistema – e muito menos de ascendermos à condição de fornecedores de equipamentos, em disputa justamente com as empresas nacionais que aqueles países esperam beneficiar, pressionando os outros a adotarem o seu padrão particular, numa situação de exacerbada concorrência oligopólica internacional no setor. Justamente, a opção pela implantação do paradigma da digitalização está ligada às grandes transformações globais dos setores da comunicação, que levaram, entre outras coisas, às reformas, inclusive privatizações, das telecomunicações em todo o mundo, e faz parte da reestruturação do modo de regulação do capitalismo iniciada com a crise do modelo de desenvolvimento do pós-guerra, nos anos 70.

Nessa perspectiva, um padrão brasileiro (ou sino-brasileiro) poderia

oferecer alguma garantia de produção nacional, sem afetar a capacidade de exportação do país, como foi o caso da opção pelo padrão PAL-M de TV a cores na área de produção de equipamentos receptores, ainda que não na de meios de produção audiovisual. Em todo caso, se o que se pretende é conquistar mercados nos países desenvolvidos, não se pode esquecer que a concorrência internacional será muito mais dura nas condições atuais e futuras que naquelas vigentes no momento da opção pelo sistema de cores da televisão analógica. O argumento da exportação continua preso à visão simplista e ideológica que levou o país a optar pela privatização e, mais, por um determinado modelo de privatização das telecomunicações, o qual vem redundando em maior dependência tecnológica, com o fim do sonho de uma empresa nacional (estatal ou privada), ou baseada no país, com capacidade de disputar o mercado internacional, em parceria, de preferência, com outros países da América Latina, em nome de uma suposta concorrência que nunca chegou a ser implantada.

Ao contrário, observa-se hoje aquilo que se insinuava desde o início, a re-concentração do setor após a farra do boi da *fragmentação e trans-regionalização da Telebrás, com perda de autonomia do Estado*, em todos os níveis, frente ao capital privado, hegemonicamente estrangeiro. Se considerarmos o que ocorreu com o CPqD da Telebrás e todas as conquistas que o país obtivera, no passado, em matéria de produção de conhecimento autônomo na área, fica patente a inadequação do modelo de reforma adotado no governo anterior, para um projeto de desenvolvimento tecnológico e econômico relativamente autônomo, idéia que, meses atrás, diga-se de passagem, correria o risco de ser ridicularizada pela tecnocracia oficial.

60

O pragmatismo chinês, entretanto, é bem diferente daquele que foi hegemônico em momentos cruciais durante o governo tucano. A China, com seus 1,3 bilhões de habitantes, governados sob o lema “um país, dois sistemas”, tem por objetivo terminar o século na condição de segunda potência econômica, assim como militar e, portanto, tecnológica, do mundo. Sua atitude em relação à TV digital é emblemática e representa um desafio às grandes potências industriais no campo da própria concorrência capitalista internacional, cuja dinâmica pretende influenciar, contrariando aquilo que se entendia, até a pouco, no Brasil, como o único cenário possível, de concorrência entre os grandes blocos de capital europeus, japoneses e norte-americanos, obrigando os países do chamado Terceiro Mundo a adequar-se, abandonando qualquer veleidade de soberania tecnológica.

A derrota do pensamento keynesiano e das alternativas desenvolvimentistas anteriores à crise dos anos 70, com o decorrente avanço da ortodoxia econômica, chamada de neoliberal, turvou completamente a vista dos planejadores brasileiros, interessados essencialmente em garantir uma suposta “inserção competitiva” de tipo pragmático, que considerava como

dada a atual situação de dependência. Uma proposta como a do ministro Teixeira não teria o menor cabimento naquela perspectiva e é por isso que a oferta chinesa não chegou sequer a ganhar espaço na imprensa no momento em que foi feita, apesar do entusiasmo de setores técnicos do país, ansiosos em demonstrar, apesar de tudo, o potencial intelectual do Brasil na área. A retomada da proposta agora é sinal claro de mudança na política econômica.

No dia 20 de fevereiro, o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, em visita a Buenos Aires, propôs ao presidente Eduardo Duhalde uma cooperação entre Brasil, Argentina e China para o desenvolvimento do padrão comum. Vale recordar que a Argentina, que optara prematuramente pelo padrão norte-americano, mudou sua posição depois, aguardando a definição do Brasil. Um acordo desse tipo, segundo Francelino Lamy Grando, secretário de política de informática e tecnologia, criaria o maior mercado mundial para TV digital, com 200 milhões de domicílios.<sup>17</sup>

O Brasil apresenta, por outro lado, todas as condições técnicas para participar de tal empreendimento. Até o final do ano passado, por exemplo, pesquisadores do Laboratório de Sistemas Integráveis da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (LSI/USP) pretendiam concluir um protótipo de recepção de sinais digitais universal, capaz de operar em qualquer sistema e modulação. Segundo o professor Marcelo Zuffo, integrante da equipe de pesquisadores, o aparelho deverá custar em torno de R\$ 30,00, contrastando com os custos apresentados pelas set-top-boxes no exterior, em média US\$ 400,00 cada. E afirma: “para o consumidor final, a digitalização propiciará o estabelecimento da maior rede de faixa larga digital popular e gratuita, com capacidade de recepção de informação multimídia praticamente comparável à internet 2, até mil vezes mais rápido do que qualquer modem hoje utilizado”.<sup>18</sup> Para que isto se traduza em efetiva inclusão digital, é preciso pensar, antes de “modelo de negócio”, em um novo padrão de desenvolvimento que tome a inclusão digital como parte e como estratégia para a inclusão social em geral.

A possibilidade de uma parceria, digamos, Sul-Sul, como essa, existe também em outros setores, apontando para um novo padrão de desenvolvimento articulado em nível global, que o governo Lula tem a obrigação, pelo que representa, de defender. É nesse sentido que se pode considerar a oferta venezuelana de criação de uma empresa petrolífera sul-americana a partir de uma fusão das empresas nacionais existentes. Uma solução desse tipo para o mercado das telecomunicações, no passado, poderia ter garantido uma inusitada competitividade ao país (e ao subcontinente) na área, preservando a capacidade de desenvolvimento próprio de tecnologia. O caso da TV digital mostra que a batalha das telecomunicações não está de todo perdida, se pensarmos no conjunto dos elementos que estão envolvidos no debate sobre a chamada convergência. O setor de biotecnologias mostra uma tendência semelhante. Basta lembrar a luta do Brasil, Índia e África do

Sul, que notabilizou o ministro da saúde, José Serra, à época da reunião de Doha da OMC, pouco após os atentados de 11 de setembro de 2001 em Washington e Nova York, para impor um modelo alternativo de exploração do progresso técnico na área médica e farmacêutica, que os Estados Unidos pretendem submeter às regras dos acordos comerciais referentes a direitos de propriedade.

O setor das biotecnologias é paradigmático daquilo que vem sendo chamado de economia do conhecimento, uma expressão pomposa para descrever a atual reestruturação capitalista, marcada por uma generalizada subsunção do trabalho intelectual no capital (ou o aparecimento do “capital intelectual”, como prefere a literatura econômica convencional e, sobretudo, o management) e uma ampla intelectualização dos processos de trabalho e do consumo. Nova economia? Sim, mas em que sentido? O trabalho dos cientistas que descobriram uma determinada seqüência genética de um determinado organismo é altamente complexo e produtivo, mas o valor que ele produz só virá a materializar-se em um bem ou serviço negociável no mercado após um longo processo de desenvolvimento, desvinculado do “ato criador” daquela universidade, laboratório ou centro de pesquisa. Enquanto isso não ocorre, esses agentes (públicos ou privados), ao obter direitos de propriedade sobre a invenção (ou a descoberta), estarão se qualificando para usufruir de um direito rentista sobre o resultado da venda de mercadorias (bem ou serviço) cuja própria produção é incerta.

62

### **Considerações finais**

Em que pesem todas as imensas possibilidades que a nova economia do conhecimento abre para o ser humano, a sua lógica concreta, nas condições sociais em que se desenvolve hodiernamente, é, pois, a do capital fictício que, dessa forma, não se limita à órbita do mercado financeiro, mas penetra profundamente na esfera da produção do valor. Esse processo de financeirização, de raízes antigas e conhecidas, vai de braço com a exclusão social. O caráter especulativo que adquiriu a própria inovação tecnológica, rotinizada e burocratizada, aparece transparente no momento da crise da internet, cujo ápice desponta hoje com os graves problemas enfrentados pela gigante AOL/Time Warner, ou com as atuais dificuldades por que passam as empresas de biotecnologia. Esta é a tendência principal do desenvolvimento capitalista segundo as linhas que nos são propostas pelo projeto global das economias desenvolvidas, em especial os Estados Unidos, principais interessados na continuidade da exploração rentista, da especulação e da exclusão, que lhes garante a hegemonia econômica, política e militar no mundo. O modelo alternativo que, se não existe claramente formulado, pode ser derivado das iniciativas citadas, provenientes de importantes países de fora da órbita central do sistema, para vingar, deverá ser totalmente outro, partindo não dos

imperativos da valorização e da concorrência, mas da necessidade de satisfazer as tão amplas carências de suas vastas populações. E, neste caso, a agressividade comercial chinesa nos seria muito mais útil que a aparente esperteza, para voltar à TV digital, de setores empresariais e técnicos do governo anterior, que aventavam a possibilidade, por exemplo, de utilizar a decisão sobre o padrão como moeda de troca para conseguir outras vantagens, como a eliminação de barreiras comerciais a produtos brasileiros no exterior. Além de pouco realista, uma proposta desse tipo acaba por validar a posição norte-americana de tratar a questão cultural como questão de comércio internacional, regulada, portanto, pela OMC, contra o resto do mundo, especialmente a Europa, que defende a chamada “exceção cultural”.

Seria o caso, neste ponto, de discutir o conjunto das políticas culturais e da comunicação do país, na perspectiva do novo modelo. Digamos apenas que o final do governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pelo abandono da promessa de um amplo debate nacional, na esteira da publicação do Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, culminando com a série de retrocessos em matéria de políticas de comunicação, que remontam à indicação de Pimenta da Veiga para a pasta hoje ocupada por Miro Teixeira. Assim, sem o prometido debate interno, sem uma adequada política industrial do audiovisual que privilegiasse a desconcentração do sistema, o estímulo à produção regional e independente, a diversidade cultural e, com ela, a disseminação do conhecimento e, portanto, o incremento da competitividade sistêmica do país na área, sem pensar adequadamente a política de regulação das comunicações, o Brasil concentrou seus esforços no salvamento, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de empresa oligopolista em dificuldades e, no plano internacional, propôs, em 9 de julho de 2001, uma comunicação sobre o audiovisual na OMC que, por si só, independentemente do conteúdo, acabou gerando especulações sobre os verdadeiros interesses do país na área, visto que, de um total de 144 membros da organização, apenas outros dois (a Suíça e, evidentemente, os Estados Unidos) propuseram uma comunicação sobre o tema.

Uma lógica semelhante poderia nos levar a aceitar, no campo da educação, a proposta da OMC de enquadrar o ensino superior na categoria de bens comerciais e não bens públicos. O mercado do *e-learning* foi calculado pela Merrill Lynch, para o ano 2000, em 9,4 bilhões de dólares, com a expectativa de crescimento para 53 bilhões em 2003, para citar apenas um dado. Na lógica do pragmatismo pessedebista, José Arthur Gianotti chegou a considerar ingênuas as reações de indignação à proposta da OMC, tendo em vista que o ensino sempre foi mercadoria, pois até os sofistas cobravam pelas suas lições.<sup>19</sup> Mas a questão, mais uma vez, não é tão simples.

O que ocorre hoje no setor da comunicação e da informação em geral, é um processo acelerado de industrialização, que segue caminhos em alguns

aspectos semelhantes e em outros bastante diferentes daqueles seguidos pelos modelos conhecidos de industrialização da cultura. Sem entrar nas sutilezas do problema, vale registrar que a industrialização da formação pode ser analisada a partir de dois modelos paradigmáticos: um em que a introdução de inovações tecnológicas se dá no sentido de reforçar, do ponto de vista da organização dos processos de trabalho e da estrutura dos sistemas de ensino, o papel de mediador do educador e, outro, conhecido como educação *self-service*, que pretende eliminar a mediação humana do educador, substituindo-a por um sistema ultra liberal e mercadológico de acesso ao conhecimento, centrado, obviamente, na exclusão e na segmentação pelos preços. O problema desse segundo modelo é que pressupõe, como ponto de partida, um grau de autonomia do sujeito que deveria ser justamente a meta, como é tradicionalmente, da política educacional.

Está nas mãos do atual governo optar por um novo modelo de desenvolvimento como o sugerido ou seguir as linhas de ação do governo anterior, cedendo, por exemplo, nosso “mercado interno” para a produção estrangeira de bens culturais e educacionais, em troca de mais mercados para nosso aço, ou frango. Neste caso, nós poderíamos inundá-los de alimentos ou beneficiar sua indústria armamentista, enquanto eles nos exportam produção de sentido. Nós enchemos sua barriga e eles, as nossas cabeças.

#### **Bibliografia:**

64

BOLAÑO, César. La génesis de la esfera publica global. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 147, p. 88-95, jan./fev. 1997.

\_\_\_\_\_. **O império contra-ataca**. Aracaju: Eptic, 2002. Disponível em: <[www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br)>. Acesso em: 21 mar. 2003.

\_\_\_\_\_. Trabajo Intelectual, Comunicación y Capitalismo: la reconfiguración del factor subjetivo em la actual reestructuración productiva. In: QUIRÓS, Fernando y SIERRA, Francisco. **Comunicación, Globalización y Democracia: crítica de la Economía Política de la Comunicación y la Cultura**. Sevilla: CS Ediciones, 2001.

\_\_\_\_\_. **Economia Política do Conhecimento e o Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo**. Aracaju: UFS, 2003. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Políticas de Comunicação e Economia Política das Telecomunicações no Brasil: convergência, regionalização e reforma**. 2. ed. Aracaju: Eptic, 2003. Disponível em: <[www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br)>. Disponível em: <[www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br)>. Acesso em: 12 jun. 2003.

\_\_\_\_\_. et allii. **Economia Política da Internet**. Aracaju: UFS, 2003. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. ; SICSU, Abraham. **Reflexões para uma política de C&T no Nordeste Brasileiro: uma preocupação com as tecnologias da informação e comunicação**. Aracaju: UFS, 2003. Mimeografado.

BRASIL propõe TV digital própria. **Folha de S. Paulo**, 21 fev. 2003.

BRECHT, Bertold. Teorias de la radio. **Eptic On Line** - Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, Aracaju, vol. 5, n. 2, maio-ago. 2003. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 22 mar. 2003.

BRITTOS, Valério. **Recepção e TV a cabo: a força da cultura local**. 2. ed. São Leopoldo, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1978.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1984.

LEAL, Sayonara. **Os mecanismos de controle-público/social presentes no regulamento do setor de telecomunicações no Brasil: a Lei Geral de Telecomunicações e o Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações**. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.

MACHADO, André; VASCONCELOS, Nelson. TV digital: técnicos debatem padrão brasileiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2003.

MACIEL, Evelin. **A globalização das comunicações e a Lei do Cabo no limiar de uma nova era**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

RISCO à soberania. **Extra Classe**, Porto Alegre, n. 64, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/ago02/educacao1.asp>>. Acesso em: 15 jul. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Porto: Afrontamento, 2000. v. 1: Para um novo censo comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.

ZUFFO, Marcelo. Um diálogo para evitar equívocos. **Folha de S. Paulo**, 1 fev. 2003.

#### Notas

<sup>1</sup>CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996. p. 35.

<sup>2</sup>HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1984. p. 169.

<sup>3</sup>Ibid., p. 194.

<sup>4</sup>BRECHT, Bertold. Teorias de la radio. **Eptic On Line** -Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, Aracaju, vol. 5, n. 2, maio-ago. 2003. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 22 mar. 2003.

<sup>5</sup> Ver BOLAÑO, César. La génesis de la esfera pública global. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 147, p. 88-95, jan./fev. 1997. Artigo incorporado em sua totalidade a BOLAÑO, César. **O império contra-ataca**. Aracaju: Eptic, 2002. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 21 mar. 2003.

<sup>6</sup> *Sobre o tema, ver BOLAÑO, César et alii. Economia Política da Internet*. Aracaju: UFS, 2003. Mimeografado.

<sup>7</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Porto: Afrontamento, 2000. v. 1: Para um novo censo comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. p. 143.

<sup>8</sup> DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 290-291.

<sup>9</sup> BRITTOS, Valério. **Recepção e TV a cabo: a força da cultura local**. 2. ed. São Leopoldo, 2001. p. 198.

<sup>10</sup> BOLAÑO, César. Trabajo Intelectual, Comunicación y Capitalismo: la reconfiguración del factor subjetivo em la actual reestructuración productiva. In: QUIRÓS, Fernando y SIERRA, Francisco. **Comunicación, Globalización y Democracia: crítica de la Economía Política de la Comunicación y la Cultura**. Sevilla: CS Ediciones, 2001.

66

<sup>11</sup> Essa tendência de aumento da exclusão e das assimetrias se vê fortemente reforçada pela globalização, que promove uma inserção diferenciada dos espaços regionais, o que torna crucial considerar a dimensão espacial/regional nas políticas nacionais de Ciência e Tecnologia, buscando a diferenciação e valorização dos saberes e das características sociais, culturais e econômicas dos diferentes subespaços, visando garantir formas de inserção menos excludentes. Assim, a distribuição de investimentos e iniciativas em ciência e tecnologia devem levar em consideração a dimensão espacial do desenvolvimento, visando explicitamente reduzir as desigualdades. Um elemento fundamental para tal é a constituição de sistemas locais de inovação ligados ao sistema nacional. BOLAÑO, César; SICSU, Abraham. **Reflexões para uma política de C&T no Nordeste Brasileiro: uma preocupação com as tecnologias da informação e comunicação**. Aracaju: UFS, 2003.

<sup>12</sup> Para um detalhamento, ver BOLAÑO, César. **Economia Política do Conhecimento e o Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo**. Aracaju: UFS, 2003. Mimeografado.

<sup>13</sup> MACIEL, Evelin. **A globalização das comunicações e a Lei do Cabo no limiar de uma nova era**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

<sup>14</sup> Uma interessante avaliação dos processos de audiência pública da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) encontra-se em LEAL, Sayonara. **Os mecanismos de controle-público/social presentes no regulamento do setor de telecomunicações no Brasil: a Lei Geral de Telecomunicações e o**

Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.

<sup>15</sup>Para uma análise histórica detalhada sobre as políticas de comunicação no Brasil, ver BOLAÑO, César. **Políticas de Comunicação e Economia Política das Telecomunicações no Brasil: convergência, regionalização e reforma**. 2. ed. Aracaju: Eptic, 2003. Disponível em: <[www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br)>. Disponível em: <[www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br)>. Acesso em: 12 jun. 2003.

<sup>16</sup>MACHADO, André; VASCONCELOS, Nelson. TV digital: técnicos debatem padrão brasileiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2003.

<sup>17</sup>BRASIL propõe TV digital própria. **Folha de S. Paulo**, 21 fev. 2003.

<sup>18</sup>ZUFFO, Marcelo. Um diálogo para evitar equívocos. **Folha de S. Paulo**, 1 fev. 2003. MACHADO, André; VASCONCELOS, Nelson. TV digital: técnicos debatem padrão brasileiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2003.

<sup>19</sup>RISCO à soberania. **Extra Classe**, Porto Alegre, n. 64, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/ago02/educacao1.asp>>. Acesso em: 15 jul. 2003.

**Palavras-chave**

1. Economia política da Comunicação
2. Políticas de Comunicação
3. Comunicação e Capitalismo
4. História da Comunicação